

## **A CONSCIÊNCIA SOCIAL DA IGREJA: UMA VIRTUDE CRISTÃ PERDIDA QUE PRECISA SER RESTAURADA**

Lázara Divina Coelho\*

### **RESUMO**

Apresenta a consciência cristã como a base da atuação da igreja na área social. Traz o significado do “fazer o bem a todos” como a expressão externa de atos de bondade, tais como fazer tudo aquilo que, eticamente, for bom, correto, nobre e honrado. Ilustra a responsabilidade social da igreja por meio do ensino bíblico do Antigo e do Novo Testamento. Relata essa responsabilidade materializada nas práticas eclesiais no decorrer dos séculos, descreve sua perda no início do século XX e apresenta seu fundamento na doutrina cristã. Discute a relação entre a responsabilidade evangelística e a responsabilidade social como resultado da *consciência cristã* da Igreja. Traz as implicações de uma consciência cristã para a igreja do século XXI que vive em situação de pandemia e aponta para a necessidade de uma educação para a consciência social.

**Palavras-chave:** consciência cristã. Consciência social. Responsabilidade social. Igreja. Educação para a consciência cristã.

### **ABSTRACT**

It presents the Christian conscience as the basis of the church's performance in the social area. It brings the meaning of “doing good to all” as the external expression of acts of kindness, such as doing everything that, ethically, is good, correct, noble and honorable. It illustrates the church's social responsibility through biblical teaching of the Old and New Testaments. It reports this responsibility materialized in Church practices over the centuries, it describes its loss at the beginning of the 20th century and it presents its foundation in Christian doctrine. It discusses the relationship between evangelistic responsibility and social responsibility as a result of the Christian conscience of the Church. It brings the implications of a Christian conscience for the 21st century church that lives in a pandemic situation and points to the need for education for the social conscience.

**Keywords:** Christian conscience. Social consciousness. Social responsibility. Church. Education for Christian conscience.

---

\* Comunicadora social, teóloga, mestre em Teologia e doutoranda em Ciências da Religião. E-mail: lazaracoelho@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

É realmente estranho que em algum momento da vida os seguidores de Jesus tenham chegado ao ponto de perguntar se tinham algo a ver com engajamento social (John Stott).

A *consciência social*, entendida como o conhecimento que os indivíduos têm da realidade em que vivem e que se expressa por meio de ações de responsabilidade social, é um tema que aflora na mídia em tempos de grave crise social, como a pandemia planetária que a humanidade vive nesse momento; essa exposição midiática permite que se tenha uma dimensão do problema e serve como chamamento para as discussões que podem levar a contribuições minimizadoras das consequências sociais da pandemia.

Uma das discussões que afeta diretamente a sociedade, no caso, é o lugar da igreja nessa situação, ou seja, a igreja tem responsabilidade social perante Deus e a própria sociedade? Se sim, por que isso parece tão toldado? E, no caso, qual é o fundamento dessa responsabilidade?

Na procura de respostas a essas questões, foi feita uma busca na literatura impressa e naquela disponibilizada na rede mundial de computadores (internet) chegando a um razoável número de publicações que contribuem para as questões levantadas, dentre as quais foram selecionadas, inicialmente, algumas das obras relacionadas com o Pacto de Lausanne, considerando sua precedência contemporânea em relação a tais temas: “Pacto de Lausanne” (2019), “Jonh Stott comenta o Pacto de Lausanne” (1983), “Evangelização e responsabilidade social” (1983; 2019), “Tive fome: um desafio de servir a Deus no mundo” (1983), todos da série Lausanne, e também “O cristão em uma sociedade não cristã” (1989; 2019), de John W. Stott; outros autores, no decorrer da pesquisa, são incorporados ao texto. Pretende-se, nas próximas edições da revista, discutir o corolário que daí promanar.

O fato é que, nesse cenário de incertezas e descompromissos, faz-se ouvir o ecoar de vozes de irmãos do passado, conscienciosos de sua *responsabilidade social* e nela envolvidos, conclamando os cristãos posteriores a uma tomada de posição. Na modernidade, o documento “Pacto de Lausanne”, na segunda metade do século passado, já chamava a atenção para o respeito e o serviço a que toda pessoa, “[...] sem distinção de raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou

idade” (§ 5), tem direito pelo simples fato de ter uma dignidade intrínseca por portar a imagem de Deus; John R. W. Stott, em sua obra “O cristão em uma sociedade não cristã” (1989), afirma que, além da evangelização, os cristãos “[...] têm um segundo compromisso, e este é para com o mundo no qual Deus nos colocou” (p. 14).

Por esse contexto, a *consciência social* da igreja é o pano de fundo deste artigo. Seu objetivo geral é demonstrar que os cristãos têm a responsabilidade cristã de fazer “o bem a todos” (Gl 6.10), em atenção ao ensino bíblico<sup>1</sup>, o que se expressa externamente em atos de bondade (*kalon*) traduzidos em fazer “aquilo que é eticamente bom, correto, nobre, honrado” (VINE, 1985, p. 437). Para atingir esse objetivo, discute-se os seguintes pontos: a *responsabilidade social* da igreja no decorrer dos séculos, sua perda e seu fundamento e, finalmente, a relação entre a responsabilidade evangelística e a responsabilidade social como resultado da *consciência social* da igreja.

## 2 A CONSCIÊNCIA SOCIAL DA IGREJA

A atuação da igreja em qualquer área de sua responsabilidade é fundamentada em sua consciência ou não dessa responsabilidade. É o que está sendo chamado, neste título, de *consciência social*, a consciência cristã da igreja que será discutida como responsabilidade social ao longo de dezenove séculos, sua renúncia no século XX e a busca por uma restauração, em seguida.

### 2.1 A CONSCIÊNCIA SOCIAL DA IGREJA AO LONGO DOS SÉCULOS

A *consciência social* da igreja, entendida como a compreensão que os cristãos têm das questões que envolvem a sociedade (realidade social) na qual vivem, da perspectiva de Deus, nasceu com ela porque lhe é inerente. No registro de Lucas, em Atos dos Apóstolos, a igreja nascente encontra-se plenamente envolvida com a necessidade do outro, ou seja, com o compromisso cristão de “fazer o bem”. Nos resumos informativos que Lucas oferece, no final dos capítulos 2 (v. 42ss) e 4 (v. 32ss) de Atos, a igreja nascente é encontrada sob a marca de uma *consciência cristã* que leva em conta a necessidade do outro, pois os que tinham

---

<sup>1</sup> 2 Coríntios 8.21; 13.7; Gálatas 6.7-10; 1 Tessalonicenses 5.21; Tito 2.14; 3.8; Hebreus 10.24; Tiago 4.17; 1 Pedro 2.12 etc., em conformidade com Levítico 19.9-10, 15; Êxodo 22.21-24; 30.15; Deuteronômio 15.4, 7-15; 24.6; Salmo 41.1; Isaías 5.8.7; Amós 8.4-6 etc.

propriedades e bens os vendiam, confiavam o produto das vendas aos apóstolos, como o fez Barnabé (4.36-37), e esse produto era distribuído entre todos (2.42b), de modo que não havia nenhum necessitado entre os primeiros cristãos de Jerusalém (4.34a).

Nas décadas seguintes essa *consciência cristã* expressa-se por meio do envio de ofertas coletadas nas comunidades recém formadas da Acaia, na Galácia, na Macedônia e no distrito da Ásia, para socorrer a comunidade de Jerusalém e os irmãos da Judeia. Essas ofertas deviam: (a) custear a presença prolongada de judeus e prosélitos oriundos de muitos lugares que, após o Pentecostes de 33 d. C., haviam se tornado discípulos (At 2.7-11, 41-44; 4.32-37); (b) prover reforço alimentar para os necessitados, como as viúvas carentes (At 6.1-6), diante das consequências trazidas pela instabilidade civil causada pela rebelião e violência de nacionalistas judeus<sup>2</sup>; (c) aprovisionar recursos para socorrer cristãos sob a perseguição de Herodes, em meados dos anos 40 d. C., quando a Judeia estava sendo assolada por fome e o povo estava sob sofrimentos, tribulações e saques de seus bens (At 11.27-12.1; cf. Hb 10.32-34); (d) e socorrer os pobres da região que, com o agravamento da situação, por volta do ano 49 d. C., deviam ser “lembrados” e o foram (Gl 2.7-10; cf At 15). (CASONATTO, 2018).

Essa *consciência* de que o socorro ao necessitado é um aspecto essencial da vocação da igreja no mundo perdurou nos séculos que se sucederam à era apostólica. Em resumo, isso tem sido demonstrado em eventos marcantes como “[...] as pragas e fome do século III, a peste negra na idade média [*sic*]”, e aqueles que levaram ao “desenvolvimento social na Genebra pelos reformadores no século XVI, o movimento neocalvinista reformado holandês no século XIX”, entre outros. (BETIM; CÁCERES, 2018, p. 70)

Pode-se afirmar, com Matos, que isso foi assim porque os cristãos “[...] não acreditavam que havia qualquer conflito entre essa preocupação e outros interesses da vida cristã.” (2005, p. 177)

Contudo, a chegada do século XX trouxe uma mudança de rumo, denominada a *grande reviravolta* pelo historiador norte-americano Timothy L. Smith, em sua obra “Revivalism and social reform: american protestantism on the eve of the

---

<sup>2</sup> Os cristãos, naquele momento, ainda não eram identificados como grupo novo em relação ao Judaísmo, de forma que as sanções impostas pelos romanos aos judeus os atingiam diretamente.

civil war” (1957<sup>3</sup>), e analisada no livro “The great reversal: reconciling evangelism and social concern” (2007<sup>4</sup>), de David O. Moberg.

## 2.2 A GRANDE REVIRAVOLTA

John R. W. Stott, em “O cristão em uma sociedade não cristã” (1989; 2019), fundamentado na análise de Moberg (2007), apresenta alguns fatores determinantes para a renúncia à *consciência cristã* e o abandono da responsabilidade social por parte da igreja, considerando que alguns fatores tornaram-se tão relevantes que empurraram a *consciência social* para as bordas da vida da igreja.

*Antes de tudo, Stott credita esse abandono à luta da igreja histórica contra o liberalismo teológico.* Liberalismo é um termo para o qual não há uma definição universal aceita; é usado em vários campos, tais como no político, no social e no religioso; e sua paternidade moderna é atribuída ao filósofo e teólogo Friedrich Daniel Ernst Schleiermacher (1768-1834). Quando se fala em liberalismo teológico, fala-se de “[...] uma forma de pensamento religioso que empreende a investigação sistemática da fé com base em uma norma diferente da autoridade da tradição.” (COSTANZA, 2005, p. 80)

Esse movimento teve origem no Racionalismo do séc. XVII e desenvolveu-se até a década de 1920, quando perdeu suas forças. Todavia, na virada do séc. XIX para o séc. XX, em pleno vigor, devastava as igrejas da Europa e da América a tal ponto que o Cristianismo histórico foi distanciando-se em todos os sentidos de seu lugar de direito e deixando de ser advogado. A explicação para isso encontra-se na essência do movimento cuja pauta, “[...] contextualizar os fundamentos religiosos da tradição judaico-cristã” (2005, p. 96), levou-o a sustentar um bom número de contradições e negações à crença cristã histórica<sup>5</sup>.

Esse estado de coisas levou os evangélicos a assumirem uma postura apologética, de um lado e, de outra, evangelística. Um exemplo emblemático da postura apologética é a publicação, entre 1910 e 1915, nos Estados Unidos, de uma

---

<sup>3</sup> Esse livro foi reeditado em 1965, 1976, 2004, e 2013, pela Nabu Press.

<sup>4</sup> Esta edição foi publicada pela Wipf and Stock Publishers. Versões anteriores do tema haviam sido publicadas em 1972 e 1977 sob o título “The great reversal: evangelismo versus social concern”, pela Lippincott.

<sup>5</sup> Ver as origens, os desdobramentos e as consequências do liberalismo teológico no artigo “As raízes históricas do liberalismo teológico”, de José Roberto da Silva Costanza, publicado na revista Fides Reformata.

série de doze livretos intitulados “The fundamentals” (Os fundamentos)<sup>6</sup>, fazendo surgir o termo fundamentalismo<sup>7</sup> e alcunhando aqueles que a ele aderiam de fundamentalistas. Essas publicações exploraram os pontos de apreensão protestante conservadora e contribuíram para o estímulo da resposta conservadora à teologia liberal e ao evangelho social que já conquistava popularidade e influência.

A postura evangelística, por sua vez, pode ser vista em historiadores da missiologia, como Stephen Neill, com a obra “História das missões” (1989<sup>8</sup>) e Ruth A. Tucher, com “... até os confins da terra” (1996<sup>9</sup>). Neill, no capítulo “Ontem e hoje, 1914 e depois”, discute a questão no título “Incertezas missionárias” (p. 464ss) e Tucker, na introdução da parte III, “O envolvimento em expansão”, demonstra que a luta pela hegemonia aconteceu em dois espaços: nas denominações e no campo missionário. Segundo ela, citando Linder, a luta pela crença foi ferrenha no campo denominacional:

Durante quase uma geração os cristãos lutaram com toda a sua energia para conquistar a mente e a alma dos membros da igreja americana. Quando a fumaça da batalha se espalhou, todas as grandes denominações tinham sido atingidas e várias delas divididas pelo conflito. (TUCKER, 1996, p. 243)

O reflexo disso foi no campo missionário. Se no início do século podia-se dizer que os missionários protestantes no campo eram evangélicos ortodoxos (criam na inerrância das Escrituras, aceitavam sua interpretação literal e defendiam as doutrinas basilares da fé cristã), no final do século, nem toda a pregação missionária em campo refletia uma crença cristã ortodoxa.

Segundo a historiadora, isso exigiu uma resposta da ortodoxia cristã. E então, “Como uma reação parcial a esta tendência, surgiu uma nova raça de missionários [...] profundamente determinada a manter a fé pura e a confiar em Deus para prover as suas necessidades”, a qual começou a evangelizar, inclusive, cristãos “nominais” assim como áreas do mundo onde o evangelho já chegara, a exemplo da América Latina e Europa. Era, em sua maioria, cristãos formados por institutos bíblicos e

<sup>6</sup> Só para se ter uma ideia do conteúdo desses livretos, o primeiro da série continha defesas do teólogo escocês James Orr (1844-1913) sobre o nascimento virginal e de Benjamim Warfield sobre a divindade de Cristo, além de uma apreciação à alta crítica da Bíblia.

<sup>7</sup> O principal teólogo erudito que adotou o movimento foi J. Gresham Machen (1881-1937), sucessor de seu professor Benjamim Warfield (1851-1921) no Seminário de Princeton, nos Estados Unidos. Machen publicou, em 1923, *Christianity and liberalism* (Cristianismo e liberalismo), no qual argumenta que a teologia liberal protestante representa uma religião diferente do Cristianismo.

<sup>8</sup> Essa obra foi escrita em 1964.

<sup>9</sup> Essa obra foi escrita em 1983.

faculdades cristãs “[...] que fundaram e encheram as fileiras das novas sociedades missionárias surgidas em fins do século XIX e início do XX.” (TUCKER, 1996, p. 243).<sup>10</sup>

Os evangélicos ocuparam-se, desde então, da tarefa de “vindicar os fundamentos da fé” de tal forma que as preocupações sociais passaram para segundo plano em sua agenda que passou a ser, antes de tudo, apologética e missionária.

*O segundo fator que levou ao abandono da consciência e da responsabilidade social é creditado à luta contra o evangelho social por parte da Igreja histórica.* O termo *evangelho social* refere-se ao movimento surgido no seio do liberalismo teológico<sup>11</sup> que entende o Reino de Deus como “[...] a sociedade na qual os homens se comportem [sic] como irmãos, capazes de viver em regime de cooperação, de amor e de justiça”, possível de existir pelo esforço humano auxiliado pelo favor divino (HORDERN, 2003, p. 112-113).

Em termos históricos, é um movimento exponencial no protestantismo norte-americano que se estendeu por cerca de cinquenta anos (1880-1930) e por outros países, especialmente latino-americanos; uma resposta à crise urbana norte-americana provocada pelas mudanças sócio-econômicas que se seguiram à Guerra Civil (1861-1865). A crise se expressa por males provocados pela alteração na configuração social resultante da urbanização, tais como o desemprego, a pobreza, dentre outros.

O principal teórico do *evangelho social* foi o pastor batista Walter Rauschenbusch<sup>12</sup> (1861-1918) que, em 1907, publicou “Christianity and the social crisis” (O Cristianismo e a crise social)<sup>13</sup>, traçando uma linha de continuidade entre a

<sup>10</sup> Um exemplo desse envolvimento é Ray Buker cuja história é contada no filme “Carruagens de Fogo”, de Hugh Hudson (1981) e no livro “Corrida contra o tempo: a história de Ray Buker: de corredor olímpico a estrategista de missões”, de Eric S. Fife (1994). O cap. 4 do livro, “Bases teológicas”, traz um bom resumo da questão.

<sup>11</sup> Por um lado, ele foi um produto do Liberalismo, e a maior parte de seus expositores eram adeptos da Teologia Liberal e, por outro, fazia-lhe severas críticas. Desta forma, não resta dúvidas de que o Evangelho Social é um dos elementos dentro do escopo do Liberalismo Teológico (HORDERN, 2003).

<sup>12</sup> Walter Rauschenbusch teve contato com o Socialismo quando ainda era pastor no paupérrimo bairro de Hell’s Kitchen (Cozinha do Inferno), em Nova York. Estudou o Novo Testamento na Alemanha, onde foi influenciado pela ênfase ritschliana (pensamento sobre o reino ético de Deus, de Albrecht Ritschl [1822-1889], responsável pela segunda corrente mais importante do liberalismo clássico que mais tarde se tornaria o protestantismo liberal clássico); o reino ético de Deus é, nesse pensamento, entendido como coração e alma do evangelho. Foi considerado um dos três principais representantes da essência da teologia liberal clássica (final do séc. XIX-início do séc. XX); outros são Adolf von Harnack (1851-1930) e Albrecht Ritschl (1822-1889).

<sup>13</sup> Nesse livro Rauschenbusch afirma que a principal tarefa do cristão é trazer uma mensagem que possa transformar a sociedade humana no Reino de Deus por meio da regeneração do

compaixão social dos profetas hebreus, de Jesus e da Igreja Primitiva e, a partir daí, advogando uma espécie de socialismo cristão<sup>14</sup>; em seu terceiro livro, “A theology for the social gospel” (Uma teologia do evangelho social), publicado em 1917<sup>15</sup>, ele trouxe uma justificativa teológica para o evangelho social que é, justamente, sua identificação com o Reino de Deus.<sup>16</sup>

Ao identificar o Reino de Deus com “uma reconstrução da sociedade numa base cristã”, o *evangelho social* pressupõe que todos os seres humanos podem estabelecer o Reino divino por si mesmos e defende que há um alvo comum entre a Igreja e o Estado, que é “transformar a humanidade em Reino de Deus.”<sup>17</sup> Para Rauschenbusch, o *evangelho social* é a própria doutrina do Reino de Deus. (STOTT, 2019) Isso trouxe consequências posteriores, pois apesar de Rauschenbusch ter posições teológicas conservadoras, “[...] seus sucessores viam a mensagem do evangelho e a tarefa da Igreja como tendo o único propósito de acabar com o sofrimento humano e estabelecer a justiça social.” (SAWYER, 2009, p. 450)

O fato de interesse desse artigo é que a politização do Reino de Deus foi mal vista e os evangélicos reagiram concentrando-se na evangelização e na filantropia pessoal, e mantendo-se totalmente afastados da ação social feita através do cuidado das dificuldades de ordem social, e da ação política realizada por meio de atenção aos problemas estruturais da sociedade.

*O terceiro fator foi a desilusão e o pessimismo que se seguiram à Primeira Guerra Mundial.* Esta guerra foi um conflito global centrado na Europa, com duração

---

relacionamento entre os homens e a sua reconciliação de acordo com a vontade de Deus.

<sup>14</sup> Além deste, Rauschenbusch publicou mais dois livros: “Christianizing the Social Order” (Cristianizando a ordem social), em 1912 e “A Theology for the Social Gospel” (Uma teologia do evangelho social), em 1917. Este é considerado sua principal e mais importante produção.

<sup>15</sup> O livro acaba de ser publicado, no Brasil, pelas editoras Unida e da ASTE, sob o título “Walter Rauschenbusch: uma teologia para o evangelho social” (2019).

<sup>16</sup> As principais categorias desta teologia são: o reino do mal e o reino de Deus, e a salvação de seres superpessoais. “Seres superpessoais” são as grandes estruturas da vida social que assumem vida própria muito maior e mais poderosa do que os indivíduos que ali existem. Cristo, então, veio para salvar indivíduos e, sobretudo, para salvar superpessoais. (OLSON, 2001, p. 567)

<sup>17</sup> A premissa do evangelho social era a seguinte: “O evangelho social é a antiga mensagem da salvação, porém magnificada e intensificada. [...] O evangelho social tem por objetivo trazer os homens ao arrependimento de seus pecados coletivos e criar uma consciência mais sensível e moderna. Ele evoca a fé dos antigos profetas, que acreditavam na salvação das nações.” Em sua exposição, Rauschenbusch acrescenta que considera o evangelho até então pregado, como individualista o suficiente para ensinar a ver a pecaminosidade humana e inspirar a fé na vontade e no poder de Deus para salvar cada alma que dele se aproxima; contudo, insuficiente para dar “um entendimento adequado da pecaminosidade da ordem social e de sua participação nos pecados de todos os indivíduos que a compõem. Não evocou a fé na vontade e no poder de Deus para redimir as instituições permanentes da sociedade humana da culpa herdada pela opressão e extorsão.” E vai além, afirmando que esse evangelho individualista “Não evocou a fé na vontade e no poder de Deus para redimir as instituições permanentes da sociedade humana da culpa herdada pela opressão e extorsão.” (RAUSCHENBUSCH, 1917 *apud* SAWYER, 2009, p. 450)

de cerca de 5 anos (1914-1918), no qual se envolveram países de todos os continentes organizados em duas alianças opostas entre si: os Aliados e os Impérios Centrais.<sup>18</sup> Sua eclosão acabou com a credibilidade atribuída à abordagem liberal, cujo Cristianismo fora reduzido a pouco mais do que uma experiência religiosa, uma atividade antropocêntrica; na verdade, o homem não conseguiu ficar livre do compromisso da natureza humana decaída e entregou-se à maldade na mais pura expressão dos “horrores da guerra”.<sup>19</sup>

Essa exposição da maldade humana foi decepcionante, levando à desilusão e ao pessimismo. Stott descreve: “Programas sociais anteriores haviam falhado. O homem e a sociedade pareciam irreformáveis. Qualquer tentativa de reforma era inútil.” (1989, p. 24) Na avaliação de McGrath, a explicação é simples: “A teologia liberal parecia girar em torno dos valores humanos – e como esses valores poderiam ser levados a sério, se haviam provocado conflitos globais de tamanha proporção?” (2005, p. 144)

A teologia ortodoxa, fundamentalista por assim dizer, não apresentou uma articulação entre a providência e a graça comum de Deus como base para que se perseverasse na esperança<sup>20</sup>; e então a *consciência cristã*, já neutralizada pelo liberalismo teológico e o evangelho social, colapsou-se!

*O quarto fator causador do abandono da responsabilidade social foi a influência do pré-milenarismo.* O pre-milenismo ou pre-milenarismo é a “Crença de que Cristo voltará e reinará na terra por mil anos [e que] o retorno de Cristo precederá e precipitará o estabelecimento do reino milenar.”<sup>21</sup> (SAWYER, 2009, p. 624) Presente nas expectativas escatológicas dos cristãos, essa doutrina foi disseminada especialmente por meio dos ensinamentos de John Nelson Darby (1800-

---

<sup>18</sup> Os números relacionados a essa guerra são gigantescos: mais de setenta milhões de militares, incluindo sessenta milhões de europeus, foram mobilizados; mais de nove milhões de combatentes foram mortos. Essa guerra é considerada o sexto conflito mais mortal na história da humanidade que, posteriormente, abriu caminho para várias mudanças políticas, como revoluções em muitas das nações envolvidas.

<sup>19</sup> Vale lembrar que, logo em seguida, eclodiu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), envolvendo a maioria das nações do mundo, incluindo todas as grandes potências, organizadas em duas alianças militares opostas entre si: os Aliados e o Eixo. É considerada o conflito mais letal da história da humanidade, resultando entre 50 a mais de 70 milhões de mortes.

<sup>20</sup> Na prática, a reação às ideias fracassadas do Protestantismo Liberal veio com Karl Barth que, diante da decepção, apresentou um programa teológico conhecido na história da Teologia como neo-ortodoxia. O termo veio dos teólogos que viam o programa de Barth como um ressurgimento da antiga teologia ortodoxa.

<sup>21</sup> Esse movimento encontra-se amparado pelo dispensacionalismo, sistema teológico transdenominacional evangélico cuja ênfase é uma compreensão apocalíptica da História.

1882) e popularizada através da “Scofield Reference Bible” (Bíblia de Referência de Scofield), publicada em 1909.<sup>22</sup>

Na sua eclesiologia, Darby propôs uma descontinuidade radical entre a Igreja e Israel considerando que Deus estava desenvolvendo na História dois povos separados e dois programas distintos, e a Igreja não deveria ser identificada com nenhuma instituição, pois era uma comunhão espiritual. Cabia, então, discernir as passagens dirigidas a Israel daquelas dirigidas à Igreja.

O desenvolvimento dessas ideias levou ao ensino dispensacionalista da doutrina dualista da redenção, ou seja, Deus atende a dois propósitos: um terreno (Israel) e um celestial (Igreja). O propósito de Deus com a Igreja, enquanto na terra, é libertá-la da maldição de Gênesis 3 e restaurar a humanidade, através de sua libertação do pecado e da morte; contudo, isso só se consumaria no retorno de Cristo, “[...] pois o mundo estava ficando cada vez pior, e somente a volta de Cristo poderia produzir uma transformação”. (SAWYER, 2009, p. 407)

No pensamento pre-milenista, afirma Stott (1989), “[...] o mundo atual é tão mau que qualquer melhora ou redenção se torna impossível; ele continuará se deteriorando mais e mais, até a vinda de Jesus, que estabelecerá então o seu reino milenial aqui na terra.” (1989, p. 24)

Se o mundo vai piorar cada vez mais, e se somente a vinda de Jesus dará um jeito nisso, diz o argumento, não faz sentido algum tentar reformá-lo nesse meio tempo. Além do mais, se a Igreja faz parte do povo celestial de Deus, “[...] ela deveria adotar uma atitude de desengajamento das estruturas políticas e sociais do mundo.” (SAWYER, 2009, p. 411). E assim se fez!

*O quinto fator listado por Stott foi a difusão do Cristianismo para as pessoas da classe média.* Classe média é, originalmente, a classe social (uma classificação da sociedade) que surgiu com o desenvolvimento do modelo capitalista (político-sócio-econômico) e sua modernização. Essa classe pode aparecer tanto como proletária quanto como proprietária em um mundo constituído, basicamente, de proprietários (a classe dominante) e de proletários (classe dominada)<sup>23</sup>.

Stott (2019) afirma que a tendência da classe média era diluir o Cristianismo no processo de sua identificação com a própria cultura. Essa descoberta,

---

<sup>22</sup> O editor dessa Bíblia é Cyrus Ingerson Scofield ou C. I. Scofield (1843-1921).

<sup>23</sup> Essa classe era chamada de nova burguesia e ganhou essa nova nomenclatura após o estudioso Thomas Gisborne (1758-1846) afirmar a existência de uma “midle class”, estamento social localizado entre a classe dos senhores da terra (mais ricos) e a dos trabalhadores agrícolas e urbanos (mais pobres).

sociológica, foi apresentada por Milton Rokeach (1969) e resumida por David O. Moberg (1972), que criticam as influências sociais negativas da religião organizada. Para Moberg (1972), a preocupação dos religiosos conservadores com a salvação da própria alma, a orientação voltada para o outro mundo e a indiferença para com o sistema social conduzem, se não a um tácito endosso, no mínimo à perpetuação da desigualdade e da injustiça social. (*apud* STOTT, 1989, p. 25).

Isso, por certo, levou a situações em que “[...] a Igreja aquiesceu no que concerne à opressão e à exploração” (STOTT, 1989, p. 25) de modo a não agir contra esses males, nem mesmo a protestar contra eles. Nesse estágio, a igreja não só abandonara a *responsabilidade social*; ela a deixara no discurso e na prática, o que equivale a dizer que perdera a *consciência social*.

Um sexto fator que explica o abandono da responsabilidade social pela igreja é referido como o pensamento dualista reeditado do dualismo medieval. Segundo Samuel Escobar, no capítulo “Servir a Deus no mundo”, da obra “Tive Fome” (1983), esse dualismo faz uma divisão acentuada, não bíblica, entre o espiritual e o material.

A Reforma Protestante do séc. XVI havia conseguido mudar essa mentalidade nos países onde alcançara êxito, promovendo “[...] uma nova ética de trabalho e de atividade econômica, uma revalorização das atividades não especificamente religiosas, um descobrimento do mundo secular dentro do desígnio divino.” (1983, p. 13) No entanto, esse dualismo acabou, sorrateiramente, retornando à teologia de muitos evangélicos por meio de uma categoria essencial ao Cristianismo, a “espiritualidade”; no caso, não a espiritualidade bíblica, mas a grega e medieval.

Essa readmissão do pensamento dualista acabou por levar a uma teologia reducionista que restringiu a missão da igreja à evangelização, enfatizando-a como atividade espiritual suprema e renegando a um segundo plano qualquer atividade que não carregasse essa marca de espiritualidade e, assim, forjando uma nova mentalidade cristã que prevalece no atual comportamento cristão.

Enfim, pode-se dizer que todos esses fatores, paulatina e cumulativamente, foram toldando a *consciência social* da igreja até que esta se viu privada de sua *responsabilidade social*. Eles funcionaram como pressões contemporâneas no decorrer do séc. XX levando a igreja à consolidação da perda de sua *consciência social*, o que se expressa em falas de bondade em seu ensino (estudos bíblicos, sermões, rodas de conversa etc.), não mais em atos de bondade (*kalon*).

### 2.3 O RESGATE DA CONSCIÊNCIA SOCIAL

O movimento descrito foi acompanhado de uma tímida reação concomitantemente passiva e ativa por parte de alguns cristãos que permaneceram em suas respectivas igrejas, enquanto adotavam a militância social e o engajamento em ministérios sociais e evangelísticos; com isso, vivenciaram e preservaram “[...] essa expressão externa do evangelho, sem a qual a evangelização perde a parte de sua autenticidade.” (STOTT, 1989, p. 26)

Todavia, a retomada da *responsabilidade social*, de forma mais natural e regular, só começou em meados do século XX e vem progredindo desde então por meio de reações variadas. Dentre outros, alguns exemplos podem ser citados: o primeiro é de 1947 e refere-se à convocação do mundo evangélico às suas responsabilidades sociais, pelo teólogo e evangelista norte-americano Carl Ferdinand Howard Henry<sup>24</sup> (1913-2003), por meio do livro “The uneasy conscience of modern fundamentalism” (A desconfortável consciência do fundamentalismo moderno)<sup>25</sup>. Nesta obra, Henry faz um apelo em favor de evangélicos teologicamente informados e socialmente engajados, e sua preocupação predominante é que, com uma mentalidade separatista e uma tendência a divorciar a fé da ação social, os evangélicos tornam-se cada vez mais irrelevantes. No início, seu apelo não foi bem recebido mas, aos poucos, suas palavras começaram a ser lidas e seu apelo começou a ser atendido.

O segundo exemplo aconteceu em 1966 e refere-se à unânime adoção da “Declaração de Wheaton” pelos participantes de uma conferência missionária anglicana<sup>26</sup>, a qual harmonizou “a prioridade da pregação do evangelho a toda a criatura” e “um testemunho verbal de Jesus Cristo” com a “ação social evangélica”, instando a que “[...] todos os evangélicos se levantassem aberta e firmemente em favor da igualdade racial, a liberdade humana e todas as formas de justiça social através do mundo”. (*apud* STOTT, 1989, p. 26) Foi nessa conferência que Billy Graham, enquanto defendia “que a melhora das condições sociais era um resultado

---

<sup>24</sup> O autor é um dos fundadores e o primeiro editor do periódico “Christianity Today”, fundado em 1956. Veja artigos no próprio periódico sobre esse evangélico que é considerado um dos responsáveis pelo surgimento do evangelicalismo. Disponível em: <<https://www.christianitytoday.com/ct/people/h/carl-f-h-henry/>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

<sup>25</sup> Essa obra foi reeditada pela Eerdmans Publishing Company em 2003, ano da morte do autor.

<sup>26</sup> Conferência evangelical que se reuniu em Wheaton, Illinois, em 1966 (BOSCH, 2002).

da evangelização exitosa”<sup>27</sup>, inseria uma dimensão social na evangelização (BOSH, 2014, p. 484).

Na mesma década, exemplos práticos da aplicação social do evangelho começaram a surgir em países nos vários continentes. Um desses vem da Grã-Bretanha onde líderes evangélicos, a maioria leiga, começaram a refletir sobre as implicações sociais do evangelho e a atuar em várias frentes como na publicação de literatura<sup>28</sup>. Foi também nessa década que aconteceu o primeiro Congresso Anglicano Evangélico Nacional, que culminou no compromisso público dos anglicanos ao declararem que “[...] evangelismo e serviço compassivo têm seu lugar conjunto na missão de Deus.” (*apud* STOTT, 1989, p. 26)

Na década seguinte veio um passo substancial na direção de uma coesão eclesial em torno da questão por meio do “Congresso Internacional sobre a Evangelização Mundial”, em Lausanne, na Suíça. Nesse Congresso, ocorrido em 1974, 2700 participantes, representando 150 nações, endossaram o “Pacto de Lausanne”, um documento produzido em 15 parágrafos, no qual duas seções introdutórias, gêmeas em sua responsabilidade, aparecem sob os títulos “A natureza da evangelização” e “A responsabilidade social cristã”<sup>29</sup>; nesta, os congressistas afirmaram: “Embora a reconciliação com o homem não seja reconciliação com Deus, nem a ação social evangelização, nem a libertação política salvação, afirmamos que a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambos parte do nosso dever cristão.” (PACTO DE LAUSANNE, 1974, § 5).

Afirmar que “[...] a evangelização e o envolvimento sócio-político são ambos do nosso dever cristão” implica em grande compromisso e levanta duas questões que devem ser revistas aqui: o significado da expressão “envolvimento sócio-político” e o grau de primazia na relação entre responsabilidade evangelística e responsabilidade social. O envolvimento sócio-político é explicado por Stott, em seu comentário ao Pacto de Lausanne (1974), no qual o teólogo rejeita o equacionamento de salvação com libertação político-econômica, justificando que “isso não é bíblico” e, em seguida, esclarece que a ação social refere-se ao cuidado das vicissitudes de ordem social e ação política, a preocupações com as estruturas

<sup>27</sup> Essa relação será tratada, à frente.

<sup>28</sup> Um desses líderes, George Goyder, publicou “The responsible company” (A convivência responsável), em 1961 e “The Christian in industrial society” (O cristão na sociedade industrial), em 1964.

<sup>29</sup> As três seções anteriores, que fundamentam estas, tratam do propósito de Deus, da autoridade da Bíblia e da singularidade de Cristo.

da sociedade em si mesma; e finaliza justificando o dever cristão: “[...] tanto o envolvimento social como o evangelístico ativo são necessárias expressões não só de nossas doutrinas acerca de Deus e do homem [...], mas também de nosso amor por nosso próximo e de nossa obediência a Jesus Cristo.” (1974, p. 30) E completa:

[...] embora a salvação não seja equacionada com libertação política, contudo a mensagem da salvação implica também uma mensagem de juízo sobre toda forma de alienação, de opressão e de discriminação. Salvação é libertação do mal e, implícito no desejo de Deus de salvar o seu povo do mal, acha-se o juízo sobre o mal de que ele os salva. Além disso, esse mal é tanto social como individual. Uma vez que Deus odeia o mal e a injustiça, não devemos ter medo de denunciar o mal e a injustiça onde quer que existam. (1974, p. 30)

Quanto ao grau de primazia na relação entre responsabilidade evangelística e responsabilidade social, o parágrafo 6 do Pacto o faz, timidamente, declarando que, “[...] na missão de serviço sacrificial da igreja a evangelização é primordial”. Essa afirmação é, ainda que importante, imprecisa. Segundo depoimento de Stott,

Durante os anos subsequentes ao Congresso de Lausanne, houve uma certa tensão dentro do movimento evangélico, já que uns enfatizavam o evangelismo, outros a atividade social, e todos nos indagávamos como, de acordo com as Escrituras, deveríamos expressar a relação entre ambos. (1989, p. 27)

Essa tensão durou até 1982, quando a “Consulta sobre a Relação entre a Evangelização e a Responsabilidade Social”<sup>30</sup>, realizada em Grand Rapids, nos Estados Unidos, publicou o relatório “Evangelismo e responsabilidade social: um compromisso evangélico”<sup>31</sup>, no qual essa relação foi, a partir do texto bíblico, admitida de duas formas: separando-se as responsabilidades e relacionando-as entre si; também foi esclarecida a questão da primazia entre ambas.

### **3 A RESPONSABILIDADE EVANGELÍSTICA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IGREJA**

<sup>30</sup> Essa Consulta foi realizada sob o patrocínio conjunto do Comitê Mundial de Lausanne e da Aliança Evangélica Mundial.

<sup>31</sup> O relatório resultante encontra-se publicado sob o título “Evangelism and Social Responsibility: An Evangelical Commitment (LOP 21)”, no site Lausanne Movement, em: <<https://www.lausanne.org/lop/lop-21>>. Acesso em: 10 abr. 2020. No Brasil foi publicado sob o título “Evangelização e responsabilidade social”, publicado em 1983 na série Lausanne, vol. 2.

A relação específica entre a responsabilidade evangelística e a social só pode ser albergada mediante a admissão da própria responsabilidade cristã, pois se não há responsabilidade cristã não há porque advogar ou mesmo acatar qualquer responsabilidade com a evangelização ou mesmo com a ação social. Apresenta-se, neste título, o fundamento da responsabilidade cristã, a relação entre a responsabilidade evangelística e a social e, finalmente, a questão da primazia entre elas.

### 3.1 A DOUTRINA COMO FUNDAMENTO DA RESPONSABILIDADE CRISTÃ

O fundamento da responsabilidade em questão emerge da doutrina cristã. E quando se especifica a responsabilidade evangelística e a responsabilidade social, o fundamento encontra-se em, pelo menos, cinco doutrinas cristãs, na ordem: a doutrina de Deus, a doutrina do homem, a doutrina de Cristo, a doutrina da salvação e a doutrina da igreja. (PACTO DE LAUSANNE, 1974; STOTT, 2019).

A *doutrina de Deus* apresenta-o como o criador e juiz de todos os homens (At 17.26, 31; 2 Tm 4.1), o que implica em que seu povo deve partilhar da extensão de seus interesses, particularmente de seu interesse pela *justiça* (Am 1, 2; Mt 25.34-40), pois ele ama a justiça e odeia a iniquidade” (Sl 45.7; Hb 1.9), e de seu interesse pela *reconciliação do homem consigo* (Jr 31.3; Rm 5.10), pois ele enviou seu Filho para reconciliá-lo consigo e deu ao reconciliado esse ministério (2 Co 5.18-20; 1 Tm 2.5).

A *doutrina do homem* apresenta a humanidade como feita à imagem de Deus (Gn 1.26, 27), o que lhe confere uma dignidade intrínseca extensiva a toda a raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou idade; essa dignidade, que é inerente a toda pessoa, dá ao homem o direito de ser respeitado, servido e amado (Lv 19.18; Lc 6.27-35) por meio da *oferta da salvação* (1 Tm 2.3, 4) bem como de um viver *livre da discriminação racial e do preconceito social* (Tg 6.9-10) etc.

A *doutrina de Cristo* apresenta-o como o encarnado Filho de Deus que se despojou da sua glória e se humilhou a fim de servir. Nessa condição, marcou seu ministério público *proclamando as boas-novas do Reino de Deus* (Mc 1.14, 15) e *fazendo o bem a todos*, no que se incluem a cura de enfermos, a alimentação de famintos, o albergue de marginalizados, a ressurreição de mortos, entre outros (At 10.38-39a).

A *doutrina da salvação* relaciona salvação e Reino de Deus considerando que são dois modelos alternativos que descrevem a obra de Deus (Is 52.7), de forma que o Deus que reina é o mesmo que salva e onde ele reina, ali também salva; relaciona Jesus Senhor com Jesus Salvador considerando que são dois títulos que expressam seu poder e autoridade (At 2.36; Rm 10.9), de modo que são complementares entre si em sua obra redentora da criação na qual se inclui a humanidade (Rm 8.19-23); e, do mesmo modo, relaciona fé e amor a partir do ensino bíblico da natureza da fé salvadora cuja demonstração dá-se por meio das práticas de amor (Tg 2.17, 18; 1 Jo 3.17), pois o cristão é um recriado em Cristo “[...] para boas obras, as quais Deus, de antemão, preparou para que andássemos nelas” (Ef 2.10; cf. Tt 2.14).

E, finalmente, a *doutrina da igreja* cuja identidade é interessante e paradoxalmente apresentada como um povo santo separado do mundo para servi-lo através do testemunho e do serviço; isso é assim porque pertence a Deus (Mt 5.13-16; cf. Jo 15) e, por isso, é consciente no mundo (1 Pe 2.12, 15-17) o suficiente para cumprir o objetivo amoroso, salvífico e restaurador desse Deus. São objeto desse amor, salvação e restauração o pecador salvo e o pecador não salvo.

Essas doutrinas, como colocado na exposição, constituem a base da responsabilidade cristã, seja ela evangelística ou social; nas palavras de Stott, elas são “[...] a base bíblica da missão, tanto para o evangelismo quanto para a responsabilidade social.” (1989, p. 46)

### 3.2 AS EXPRESSÕES RELACIONAIS DA RESPONSABILIDADE CRISTÃ

Estabelecidos os fundamentos da responsabilidade cristã nesses dois aspectos da obra de Deus (responsabilidade evangelística e responsabilidade social), é preciso vê-la em suas expressões; torna-se mais necessária essa revisão quando se tem em consideração as causas do abandono da responsabilidade social, apresentadas acima.

Segundo a “Consulta sobre a relação entre a evangelização e a responsabilidade social” (1983), essa relação é admitida a partir do texto bíblico, de duas formas: separando-se as responsabilidades e relacionando-as entre si; também foi esclarecida a questão da primazia entre ambas.

A separação em questão ocorre, na prática, quando cristãos são convocados para trabalhos específicos em quaisquer desses campos, em situações particulares, como em Atos 6.3ss, em que homens cheios do Espírito e de sabedoria foram eleitos para a ação social e em Atos 8.26ss, em que um dos escolhidos para a ação social, Filipe, foi enviado para pregar o evangelho ao mordomo-mor da rainha Candace, em Azoto; ou, conforme o chamado específico de cada um, como em Efésios 4.11, em que uns são chamados para o trabalho de evangelistas e em Romanos 12.8, em que outros são chamados para o exercício da misericórdia etc.. Nesses casos, a discussão é em torno da vocação e dos dons espirituais, dados por Deus mediante o seu Espírito.

Esses exemplos são indicativos de que, apesar de essas responsabilidades serem “as duas asas de um pássaro”, segundo metáfora proposta por Stott,<sup>32</sup> às vezes é preciso que o vôo aconteça só com uma das asas e, às vezes, só com a outra; isso depende da consciência e da responsabilidade cristã com a missão divina.

Porém, quando o vôo acontece de forma natural, isso é feito com as duas asas: as responsabilidades evangelística e a social, juntas. Essa relação pode ser entendida em sua ordem natural: uma consequência da evangelização, uma ponte para a mesma e/ou uma parceria entre ambas; assim, evangelismo e responsabilidade social são parceiros e unem-se a partir do evangelho, que “[...] é a raiz de onde brotam tanto o evangelismo quanto a responsabilidade social.” (1982, p. 19)

Em primeiro lugar, a *ação social*<sup>33</sup> pode ser vista como uma consequência da evangelização pois, quando Deus produz um novo nascimento nas pessoas por meio da evangelização, a nova vida expressa-se no serviço prestado aos outros. Segundo o evangelista João, isso é claramente manifesto na vida do salvo:

---

<sup>32</sup> Ver Stott (1983, p. 21).

<sup>33</sup> A responsabilidade social é representada, neste tópico, por uma de suas três categorias representativas, a ação social, no sentido de ação direta e efetiva na conquista de soluções e direitos sociais. Essas categorias são aqui emprestadas de Carlos Queiroz no encarte “Evangelização e responsabilidade social, 30 anos depois”, do “Relatório da Consulta Internacional realizada em Grand Rapids sob a presidência de John Stott” (2004), no qual o autor discute as 3 categorias representativas da *responsabilidade social*: assistência social (assistência direta ao necessitado, como a oferta de água e comida em tempos de necessidade), serviço social (prestação de serviços na solução de problemas e na criação de oportunidades de trabalho gerando mecanismos de sobrevivência) e ação social (ação direta e efetiva na conquista de soluções e direitos sociais).

Nisto conhecemos o que é o amor: Jesus Cristo deu a sua vida por nós, e devemos dar a nossa vida por nossos irmãos. Se alguém tiver recursos materiais e, vendo seu irmão em necessidade, não se compadecer dele, como pode permanecer nele o amor de Deus? Filhinhos, não amemos de palavra nem de boca, mas em ação e em verdade. (1 Jo 3.16-18)

Ver, também, Gálatas 5.6 e Tiago 2.18. Robert E. Speer, nos idos de 1900, explicava essa relação (salvação e ação social) com as seguintes palavras: “Onde quer que [o evangelho] chegue, vai plantando nos corações dos homens a força para produzir novas vidas; ele planta nas comunidades humanas a força que cria novos relacionamentos sociais.” (*apud* EVANGELISMO E RESPONSABILIDADE SOCIAL..., 1983, p. 20)

Acrescente-se que a evangelização tem, basicamente, dois objetivos: a salvação (“remir-nos de toda iniquidade”) e, através da salvação, a formação de um povo dedicado à prática de atos de bondade (“purificar para si mesmo um povo exclusivamente seu, zeloso de boas obras” (Tt 2.14; cf. 1 Tm 2.10; Ef 2.10). (KELLY, 2007; cf. VINE, 2002). Enfim, as boas obras ou atos de bondade evidenciam a salvação (Tg 2.14-26).

Em segundo lugar, *a ação social pode ser uma ponte para a evangelização*, pois ela consegue “[...] destruir preconceitos e desconfianças, abrir portas fechadas e ganhar a atenção do povo para o evangelho,” na medida em que, no serviço às pessoas, o cristão parta das necessidades que elas *apresentam* e encontre suas necessidades de um relacionamento pessoal com Deus (EVANGELISMO E RESPONSABILIDADE SOCIAL..., 1983, p. 21) O próprio Jesus, algumas vezes, realizou obras de misericórdia antes mesmo de evangelizar (cf. At 10.38, “ele andou por toda parte fazendo o bem e curando todos os oprimidos pelo diabo”); contemporaneamente, muitas agências missionárias atuam a partir de ação social nas áreas agrícola, educacional, médica e de nutrição, entre outras, e essa atuação vem surtindo efeitos positivos em várias partes do mundo. Exemplifica-se essa afirmação com o pequeno Projeto Nutrição, Agricultura, Saúde, Crescimento Bíblico e Educação (PRONASCE)<sup>34</sup>, que coopera com povos de língua portuguesa fornecendo treinamento e formação integral nessas áreas a partir da compreensão, de membros de igreja local, de sua responsabilidade social; para os integrantes do

---

<sup>34</sup> O PRONASCE existe desde 2001, tem sua sede na cidade de Pontalina, no interior de Goiás e atua junto a povos de língua portuguesa a partir de Moçambique, na África. Seus líderes, missionários e atividades podem ser encontrados no site: <<https://pronasce.com.br/>>. Acesso em: 10 maio. 2020.

PRONASCE, a exortação paulina deve ser levada a sério: “Cada um cuide, não somente dos seus interesses, mas também dos interesses dos outros” (Fp 2.4).

Porém, isso não significa que a ação social seja suficiente para tornar o beneficiário acessível com disposição para ouvir a mensagem cristã ou mesmo um futuro convertido. No entanto, afirmam os autores do Relatório da Consulta Internacional de Grand Rapids, “[...] temos de correr esse risco, mantendo a nossa integridade e servindo às pessoas com um amor genuíno, sem segundas intenções. Desse modo, as nossas ações não serão tentativas de suborno, mas pontes de amor para o mundo.” (EVANGELISMO E RESPONSABILIDADE SOCIAL..., 1983, p. 21) Nesse sentido, a ação social precede a evangelização servindo-lhe de ponte tantas vezes necessária.

Enfim, a *ação social* é uma *parceira da evangelização* e isso está claramente delineado no ministério público de Jesus, durante o qual ele pregou o evangelho (*kerygma*, proclamação), alimentou os famintos e curou os enfermos (*diakonia*, serviço) (cf. Mt 15.29-37; Lc 7.22; At 10.38). Sua proclamação expunha suas obras e suas obras, por sua vez, materializavam suas palavras de forma que proclamação e serviço expressavam sua compaixão pelas pessoas.

Porém, a proclamação não é idêntica ao serviço, pois proclamação é da ordem da responsabilidade evangelística e serviço é da ordem da responsabilidade social. Todavia, uma alberga a outra de tal forma que proclamar Jesus como Senhor e Salvador (responsabilidade evangelística) tem implicações sociais na medida em que leva as pessoas ao arrependimento de seus pecados pessoais e sociais e à adoção de uma nova vida capaz de desafiar os valores da antiga; e praticar atos de bondade ou boas obras, como cuidar do enfermo provendo-lhe atendimento médico e medicamentos (responsabilidade social), tem implicações evangelísticas na medida em que forem praticadas em nome do Senhor dando demonstração e fazendo uma recomendação do evangelho. Logo, a responsabilidade evangelística e a responsabilidade social, “[...] enquanto distintas uma da outra, estão integralmente ligadas em nossa proclamação e em nossa obediência ao evangelho.” (EVANGELISMO E RESPONSABILIDADE SOCIAL..., 1983, p. 22) São, portanto, parceiras na obediência ao mandato cristão que provêm do Evangelho do Senhor.

Portanto, a *consciência cristã* leva a igreja ao cumprimento de sua responsabilidade evangelística e de sua responsabilidade social, pois ambas têm sua fonte na doutrina cristã que se expressa plenamente no evangelho.

### 3.3 A QUESTÃO DA PRIMAZIA NA RESPONSABILIDADE CRISTÃ

Já foi registrado que o Pacto de Lausanne, em seu parágrafo 6, afirma que “[...] na missão de serviço sacrificial da igreja, a evangelização é primordial” e que, a partir daí, foi levantada a dúvida sobre a natureza da primazia de uma das ações sobre a outra e qual delas teria essa primazia e em que grau isso seria.

Os autores do Relatório de Consulta Internacional de Grand Rapids, que vem subsidiando este título (A responsabilidade evangelística e a responsabilidade social da Igreja), afirmam certa primazia da evangelização sobre a ação social e discutem o assunto em dois argumentos. Em primeiro lugar, trata-se de uma primazia fundamentada na ordem dos fatores: se a ação social é tanto o propósito quanto o resultado da evangelização, então esta deve ter prioridade sobre aquela pois a ação social pode depender dos resultados da evangelização; outro elemento que pesa é o fato da responsabilidade social cristã pressupor cristãos socialmente maduros, o que torna a necessidade evangelística prioritária sobre a social pois não há cristãos para agirem com maturidade social sem a evangelização; é, portanto, uma primazia lógica.

Em segundo lugar, trata-se de uma primazia fundamentada no destino eterno das pessoas: a necessidade suprema do pecador é a graça salvadora de Jesus Cristo aplicada em sua vida e somente a evangelização supre essa carência na medida em que apresenta as boas novas de salvação; portanto, o bem-estar temporal e material de uma pessoa não pode ser considerado de mais importância que sua salvação espiritual e eterna (cf. 2 Co 4.16-18). Por outro lado, é possível que nem haja a necessidade de optar entre saciar a fome física ou a espiritual, entre salvar o corpo ou a alma de alguém, pois o amor autêntico pelo próximo, nascido da nova vida em Cristo, não permitirá ao cristão tornar-se indiferente às degradações do ser humano em condição de pobreza e opressão; ao contrário, levará o cristão a servi-lo na qualidade de um ser integral. Além do mais, assim como ocorreu no ministério público de Jesus, essas duas realidades coexistem entre si a ponto de manifestarem-se inseparáveis, sustentando-se e fortalecendo-se mutuamente.

### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, quando o mundo gira na órbita do novo coronavírus e da Covid-19, e as relações encontram-se sob a ameaça de descontinuidade e não se sabe a extensão das rupturas em andamento, o evangelho apresenta-se como um parâmetro seguro para orientá-las, pois é e oferece o fundamento para o viver humano, seja na esfera pessoal e privada, ou na social e pública.

Já foi visto que a *consciência social* da igreja, como a agência para a vivência e a pregação do Evangelho do Reino, sofreu mutações no decorrer de sua história. Na maior parte dos séculos, os cristãos viviam sob a consciência que o socorro ao necessitado, em âmbito pessoal ou social, era um aspecto que estava na essência de sua vocação no mundo; contudo, no decorrer da história do Cristianismo, por razões diversas, afastaram-se da prática dessa virtude. Porém, em meados do século XX começou o processo de restauração que veio arrastando-se com ações pontuais e isoladas aqui e ali, até que em sua segunda metade, aconteceu o Congresso Internacional sobre a Evangelização, em Lausanne, trazendo um fio de esperança por meio de uma revisão objetiva e exponencial desse ponto.

A mensagem de Lausanne espalhou-se rapidamente pelo mundo sob uma premissa que ainda hoje, quarenta e seis anos depois, reverbera no ouvido cristão e toca a *consciência da igreja* quanto à sua responsabilidade evangelística e social emanadas da doutrina cristã plenamente expressa no evangelho. Segundo o parágrafo 5 do Pacto, “Porque a humanidade foi feita à imagem de Deus, toda pessoa, sem distinção de raça, religião, cor, cultura, classe social, sexo ou idade possui uma dignidade intrínseca em razão da qual deve ser respeitada e servida, e não explorada”.

Porém, a consciência perdida ainda não foi totalmente restaurada, de modo que é dever cristão trabalhar para isso; encontra-se em processo de restauração, mas urge apressá-la. Não é um processo fácil porque todos aqueles fatores que determinaram o seu abandono perduram ainda hoje em maior ou menor grau de expressão, mas é um processo possível pois suas raízes estão fincadas na doutrina básica do Cristianismo que funciona como fundamento da consciência cristã manifesta em responsabilidade social e responsabilidade evangelística expressas tanto em falas quanto em atos cristãos de bondade.

Por isso, em meio às dúvidas e incertezas do momento, cada cristão deve ter consciência que Deus, o criador, legislador, senhor e juiz de todos os homens espera que seu povo partilhe da extensão de seus interesses que incluem a justiça e

a reconciliação do homem consigo; que o homem, feito à semelhança desse mesmo Deus, tem dignidade intrínseca que lhe dá o direito ao respeito, ao serviço de outrem e ao amor, da parte de seu semelhante; que Cristo agiu redentiva e exemplarmente proclamando as boas novas do Reino e fazendo o bem a todos; que a salvação proporcionada pela morte de Cristo em favor dos homens inclui o perdão de pecados, o compromisso de proclamar as boas novas e a prática das boas obras ou atos de bondade; e que a igreja, que pertence a Deus, existe para servir o mundo através do testemunho e do serviço.

Isso implica em que cada cristão, como indivíduo, é chamado para ser testemunha e servo; e diferentes cristãos, a exemplo dos doze apóstolos, são chamados para o “ministério da Palavra e da oração” e outros, a exemplo dos sete diáconos, são chamados para um outro “importante negócio”, que é o “ministério das mesas” em favor dos necessitados. Implica também em que cada igreja local, como assembleia dos santos, é chamada a um ministério exponencialmente ampliado por meio do uso total de seus membros com seus diferentes dons e chamados, a exemplo dos cristãos da igreja primitiva de Jerusalém e dos ensinamentos do apóstolo Paulo sobre o uso adequado dos dons ministeriais.

Porém, isso não acontece espontaneamente. É necessário que haja uma política eclesial que estabeleça os princípios fundamentais que devem servir de direcionamento para que as diretrizes, os planos, as atividades etc. a serem executados pela igreja sejam conhecíveis e executáveis.

É igualmente necessário que, nesta política eclesial, seja incluído o item *educação para a consciência cristã*, pois servir ao próximo, em amor, não acontece automaticamente após a evangelização (alguém receber a ministração do Evangelho), assim como evangelizar não acontece automaticamente após a conversão (alguém ser convertido ao Senhor Jesus Cristo). Sendo assim, essas duas responsabilidades devem fazer parte do ensino da igreja, pois se é a conversão que abre o entendimento do pecador para compreender as coisas espirituais, é bem verdade que é o ensino da Palavra de Deus ao convertido que transforma todas as áreas de sua vida pessoal e social (Tg 1.21). Além do mais, ambas estão fincadas na doutrina cristã.

À guisa de consideração final, admite-se que o objeto do artigo evoca um corolário diverso que, por não ser o objetivo da discussão, não foi tratado nestas páginas. Duas áreas, no mínimo, merecem pesquisas complementares: a) um

aprofundamento no sentido bíblico da consciência e responsabilidade social e b) um estudo criterioso do diálogo entre o movimento da missão integral e as premissas marxistas.

## REFERÊNCIAS

BETIM, Luciano Azambuja; CÁCERES, Francisco Javier. A missio Dei e a integralidade da missão: o resgate da missão integral da igreja na história, teologia e prática no contexto da latina américa. **Teologia e Espiritualidade**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 67-79, dez. 2018. Disponível em: <<https://faculadecristadecuritiba.com.br/storage/2019/10/Artigo-5-Luciano.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

BOSCH, David. **Missão transformadora**: mudanças de paradigmas na teologia da missão. São Leopoldo: Sinodal, 2014.

CARRUAGENS de fogo. Direção: Hugh Hudson. Produção: David Puttnam; Intérpretes: Isaac Bardavid, Nigel Havers, Ian Holm, Alice Krige *et al.* Roteiro: Colin Welland. Música: Vangelis. Londres: Warner Bros; Enigma Film, 1981. (125 min.), son., color., 35 mm.

CASONATO, Odalberto Domingos. Por que Paulo organiza coletas para os cristãos de Jerusalém? **Uma janela para o mundo bíblico**, Roma, 02 maio 2018. Disponível em: <<https://abiblia.org/ver.php?id=10350>>. Acesso em: 19 abr. 2020.

COSTANZA, José Roberto da Silva. **As raízes históricas do liberalismo teológico**. Fides Reformata, São Paulo, v. X, n. 1, p. 79-99, 2005. Disponível em: <<https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2018/11/4-As-ra%C3%ADzes-hist%C3%B3ricas-do-liberalismo-teol%C3%B3gico-Jos%C3%A9-Roberto-da-Silva-Costanza.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2020.

EVANGELIZAÇÃO e responsabilidade social: relatório da Consulta Internacional realizada em Grand Rapids sob a presidência de John Stott. São Paulo: ABU Editora; Belo Horizonte: Visão Mundial, 1983. Série Lausanne, vol. 2.

FIFE, Eric S. **Corrida contra o tempo**: a história de Ray Buker: de corredor olímpico a estrategista de missões. São Paulo: Vida Nova, 1994.

HORDERN, William E. **Teologia contemporânea**. São Paulo: Hagnos, 2003.

JOHN STOTT comenta o Pacto de Lausanne: uma exposição e comentário. São Paulo: ABU Editora; Belo Horizonte: Visão Mundial, 1974. Série Lausanne, vol. 4.

KELLY, Jhon N. D. **I e II Timóteo e Tito**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova, 2007.

MATOS, Alderi Souza de. Fazei o bem a todos. *In*: MATOS, Alderi Souza de. **A caminhada cristã na história**: a Bíblia, a igreja e a sociedade ontem e hoje. Viçosa: Ultimato, 2005. p. 177-183.

NEILL, Stephen. **História das missões**. São Paulo: Vida Nova, 1989.

PACTO DE LAUSANNE (1974). **Reformata Publishing House**, Brasília, 6 set. 2019. Disponível em: <<https://www.editorareformatata.com/recursos/pacto-de-lausanne-de-1974>>. Disponível em: 23 maio 2020.

QUEIROZ, Carlos. Evangelização e responsabilidade social, 30 anos depois. *In*: **Evangelização e responsabilidade social**: relatório da Consulta Internacional realizada em Grand Rapids sob a presidência de John Stott. São Paulo: ABU Editora; Belo Horizonte: Visão Mundial, 2004. p. 15-38. Série Lausanne, 30 anos. Disponível em: <[http://www.abub.org.br/sites/default/files/evangelizacao\\_respons\\_social\\_abueditora-rev\\_1.pdf](http://www.abub.org.br/sites/default/files/evangelizacao_respons_social_abueditora-rev_1.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2020.

SAWYER, M. James. **Uma introdução à Teologia**: das questões preliminares, da vocação e do labor teológico. São Paulo: Vida, 2009.

STOTT, John R. W. **O cristão em uma sociedade não cristã**. Niterói: Vinde, 1989.

STOTT, John R. W. **O cristão em uma sociedade não cristã**: como posicionar-se biblicamente diante dos desafios contemporâneos. São Paulo: Thomas Nelson, 2019.

TIVE fome: um desafio a servir a Deus no mundo. São Paulo: ABU Editora; Belo Horizonte: Visão Mundial, 1983. Série Lausanne, 1.

TUCKER, Ruth A. “... até os confins da terra.”: uma história biográfica das missões cristãs. 2ª. ed. São Paulo: Vida Nova, 1996.

VINE, W. E.; UGER, Merrill F.; WHITE JR., William. **Dicionário Vine**: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.